

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0022913140/2024 - SED.UIN

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Necessidade

A construção de pistas de skate é algo inovador na rede municipal de ensino.

O intuito com a construção é proporcionar aos alunos, experiências diferentes quanto a prática esportiva no ambiente escolar, fugindo do usual como p. ex. futsal, vôleibol ou basquete.

Notório é, que existem outras práticas esportivas que são relevantes serem de conhecimento das crianças, inclusive para que, possamos futuramente formar novos atletas pelo esporte, que além de campeonatos mundiais, consta no rol de atividades olímpicas.

Uma ressalva antes do prosseguimento, antes de se adentrar mais especificamente ao mérito da questão, com relação a aquisição dos materiais para a prática como os equipamentos de segurança, estes devem ser tratados como momentos distintos, e serão feitos no momento oportuno e não se demonstram como óbice a ao prosseguimento da presente contratação. Mesmo porque, a construção possui em cronograma que possibilita um tempo hábil para estas questões. É importante ressaltar que a implementação de tal iniciativa fora planejada e seguirá em conformidade com as normas de segurança e adequação pedagógica, visando sempre o bem-estar e o desenvolvimento dos alunos.

Prosseguindo, a construção de uma pista de skate em uma unidade escolar pode ser justificada com base nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais aplicáveis, que preconizam a promoção da educação integral e o desenvolvimento de habilidades e competências para a formação integral dos estudantes.

A LDB estabelece que a Educação deve ser pautada pelo desenvolvimento integral do indivíduo, contemplando não apenas o aspecto cognitivo, mas também o físico, social, emocional e cultural. Nesse sentido, a prática de atividades esportivas e de lazer, como o skate, contribui para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de lidar com desafios e superar limites.

A Lei nº 9.394/96, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, prevê a valorização da educação física como componente curricular obrigatório, garantindo a prática de atividades esportivas e de lazer no contexto escolar. A construção de uma pista de skate na escola possibilita a inclusão de uma modalidade esportiva de grande apelo entre os jovens, incentivando a prática de exercícios físicos e o convívio social.

Mais especificamente:

Promoção da Educação Integral: A LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu Art. 2º, que a educação deve ser "integral, formando um cidadão crítico e participativo". A inclusão de atividades esportivas, como o skate, contribui para o desenvolvimento físico, social e emocional dos estudantes, promovendo uma formação mais completa.

Atividades Físicas e Saúde: A prática de esportes é essencial para a saúde e o bem-estar dos alunos. O Art. 26, § 3º da LDB menciona que a educação deve incluir o ensino de atividades físicas e esportivas. A pista de skate proporcionaria um espaço seguro para a prática de atividades físicas, estimulando hábitos saudáveis e combatendo o sedentarismo.

Inclusão e Diversidade: O skate é uma atividade popular entre os jovens e pode servir como uma ferramenta de inclusão social. A construção de uma pista de skate na escola atende a diferentes perfis de alunos, promovendo um ambiente diversificado e acolhedor, conforme preconizado pelo Art. 3º da LDB, que ressalta a importância da educação para a igualdade de oportunidades.

Desenvolvimento de Habilidades e Competências: Além dos benefícios físicos, o skate desenvolve habilidades como equilíbrio, coordenação motora e disciplina. O Art. 32 da LDB menciona a importância de se promover a formação de competências e habilidades, o que se alinha diretamente aos objetivos da prática esportiva.

Fomento à Cultura do Esporte

A construção de uma pista de skate pode ser um estímulo para a formação de equipes escolares e a realização de competições, promovendo o espírito esportivo e a convivência entre os alunos.

Voltando-se a questões e elementos pedagógicos que podem ser aplicados na prática do skate na unidade escolar:

- **Educação Física**

Aulas de skate: Oportunizar aos alunos a andar de skate, realizar manobras básicas e entender a segurança no esporte. Abordar atividades como p. ex. dividir as aulas em teoria (como usar o equipamento e segurança) e prática (manobras, técnicas de equilíbrio). Assim os alunos podem ser avaliados por sua evolução nas habilidades, respeito às regras de segurança e capacidade de ensinar colegas. Fomentar o espírito de equipe e a competição saudável, competições.

Desenvolvimento da consciência corporal: A prática do skate requer um bom controle motor, equilíbrio e coordenação, o que contribui para o desenvolvimento da consciência corporal dos estudantes. Esse aspecto é fundamental para a promoção de uma postura saudável, a prevenção de lesões e a melhoria da qualidade de vida.

- **Educação Artística**

Atividades com grafite e arte urbana: Estimular a criatividade e a expressão artística dos alunos. Promover oficinas de grafite onde os alunos possam criar murais que reflitam a cultura do skate. Avaliar a originalidade, a técnica e a capacidade de trabalhar em grupo.

- **Ciências**

Estudos sobre Física: Compreender princípios físicos através da prática do skate. Realizar experimentos sobre força, movimento e gravidade. Por exemplo, medir a altura de saltos e discutir as forças envolvidas. Os alunos podem apresentar suas descobertas em gráficos ou relatórios.

- **Matemática**

Estudar conteúdos de Matemática, como p. ex. distâncias, quantidades, velocidade. Os alunos podem apresentar suas descobertas em gráficos ou relatórios.

- **Saúde e Biologia**

Entender os benefícios da atividade física. Pesquisar sobre o impacto do exercício na saúde cardiovascular e a importância do alongamento antes da prática. Projetos de pesquisa e apresentações sobre os efeitos do skate no corpo humano.

- **Educação Socioemocional**

Trabalho em Grupo: estimular e promover colaboração e empatia. P. ex. os alunos mais experientes ajudam iniciantes. Observar o comportamento em grupo e a capacidade de apoio mútuo.

- **Educação Ambiental**

Sustentabilidade: Conscientizar sobre práticas sustentáveis na construção e manutenção da pista. Discutir o uso de materiais recicláveis e a minimização de impactos ambientais. Projetos sobre como tornar a pista mais ecológica.

- **História**

Cultura do Skate: Explorar a história e a evolução do skate como fenômeno cultural. Pesquisar sobre influências do skate em diferentes culturas e estilos de vida. Realizar apresentações em grupo sobre a pesquisa realizada.

- **Tecnologia**

Com o registro das atividades. Utilizar tecnologia para análise e aprendizado. Filmar as sessões de skate e discutir a técnica usada, promovendo a autoavaliação. Criar um portfólio digital com vídeos e reflexões sobre o progresso.

Incentivar a criatividade e o uso de mídias digitais. Criar blogs, vídeos ou podcasts sobre skate, envolvendo pesquisa e produção de conteúdo. Avaliar a qualidade do conteúdo, a criatividade e a capacidade de comunicação.

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contempla a prática esportiva de skate em diversos dispositivos, especialmente nas áreas de Educação Física e nos princípios gerais que orientam a formação integral dos estudantes. Quanto as competências gerais a BNCC propõe a promoção da saúde, a valorização da diversidade cultural e a construção de uma cidadania ativa, que podem ser relacionadas com a prática do skate. Quanto a habilidades específicas temos a de movimentação, expressão e interação são destacadas, permitindo que os alunos vivenciem diferentes manifestações esportivas, como o skate.

A BNCC enfatiza a importância da prática esportiva para a saúde, abordando temas como a segurança e a prevenção de acidentes, o que é muito relevante para a prática do skate.

A BNCC propõe uma educação que respeite a diversidade e promova a inclusão. O skate, como uma prática cultural e de expressão, pode ser uma ferramenta poderosa para abordar questões de inclusão e respeito às diferenças.

A BNCC incentiva a articulação entre disciplinas. O skate pode ser explorado em projetos que envolvem, a exemplo, **História** (estudo da origem e evolução do skate), **Ciências** (Análise dos princípios físicos envolvidos nas manobras de skate) e **Artes** (Exploração da estética e da cultura do skate, incluindo grafite e música).

Inclusive o [Currículo da Rede Municipal de Ensino](#) contempla na disciplina de Educação Física dentro da "Práticas Corporais de Aventuras Urbanas" o skate, para que estes experimentem diferentes práticas corporais de aventura urbana, valorizando a própria segurança e integridade física. Inclusive estão previstos nos Mapas de Aprendizagem, na unidade temática "Práticas corporais de aventura urbana".

Ainda relevante registrar que também estão previstas no [Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense](#), na unidade temática "Práticas corporais de aventura".

Ou seja, essas práticas pedagógicas não apenas enriquecem o aprendizado dos alunos, mas também ajudam a criar uma cultura escolar que valoriza a atividade física, a criatividade e a inclusão social. A pista de skate se torna, assim, um espaço multifuncional que promove o desenvolvimento integral dos estudantes, alinhando-se aos objetivos educacionais contemporâneos.

Resumidamente a necessidade a ser atendida é de proporcionar aos alunos a prática esportiva de novas modalidades, beneficiando não somente questões de saúde e prática esportiva, mas também, visando ampliar os horizontes quanto a novas práticas, bem como correlacionar a outras matérias, que não somente a Educação Física, conforme acima melhor exposto.

1.2 - Da(s) Meta(s) / Estratégia(s) no PME

Destaque-se ainda que, a presente aquisição vêm alinhada com as **estratégias 1.5, 1.6 e 7.5 das Metas 1 e 7**, do Plano Municipal de Educação, **Lei Municipal nº. 8.043/2015** que estabelecem:

[...] 1.5. manter a adesão, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, ao programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil; [...]

1.6. construir e ampliar escolas públicas de Educação Infantil de acordo com os parâmetros nacionais de qualidade, incluindo a participação de profissionais da área pedagógica na elaboração dos projetos arquitetônicos das Instituições de Educação Infantil; [...]

7.5. formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar; [...]

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), para o exercício de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do

exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)

Assim, informamos que muito embora não exista o Plano de Contratações Anual para o ano de 2024, a contratação está prevista no plano de ações desta Secretaria.

A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1 Requisitos Mínimos

I.I - Elementos indispensáveis:

- Memorial descritivo;
- Projetos e Detalhamentos;
- Orçamento da obra;
- ART's.

I.II - Todos os materiais serão de primeira qualidade e/ou atendendo ao descrito no Memorial, serão inteiramente fornecidos pela CONTRATADA;

I.III - EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA - Deverá estar disponível na obra para uso dos trabalhadores, visitantes e inspetores;

I.IV - DIÁRIO DE OBRA - Deverá estar disponível na obra para anotações diversas, tanto pela CONTRATADA, como pela FISCALIZAÇÃO, devendo ser preenchido diariamente;

I.V - A empresa contratada deverá cumprir os procedimentos de saúde e segurança ocupacional, de acordo com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, dando destaque à NR 4 – Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho.

I.VI - Ter previsão para subcontratação de partes dos serviços.

I.VII - Seguir as normas técnicas aplicáveis ao caso a serem devidamente elencadas no Memorial Descritivo.

I.VIII - Deverão ser seguidos rigorosamente os projetos previstos para a obra.

II) Deverão ser atendidos como padrão mínimo de qualidade e desempenho:

II.I - Após o término a CONTRATADA deverá providenciar o Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra.

II.II - A obra só poderá ser iniciada com as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica sobre Projetos, pela Execução da obra e com Alvará de Construção, Aprovação dos Projetos nos Órgãos Competentes (Ex.: Corpo de Bombeiros Militar, Prefeitura Municipal) e demais Licenciamentos que se fizerem necessários.

II.III - Será mantida na obra, uma equipe de operários com capacidade técnica específica para os serviços a serem desenvolvidos e em quantidade necessária ao cumprimento do cronograma físico, além do acompanhamento de um profissional de nível superior, da área de engenharia ou arquitetura, devidamente qualificado.

II.IV - A execução de todos os serviços de construção deverá obedecer rigorosamente aos projetos, seus respectivos detalhes e as especificações e materiais constantes nos memoriais descritivos.

II.V - O canteiro de obras deverá ser dimensionado pelo Engenheiro Responsável pela execução da obra, contendo contêiner escritório, sanitários, depósito de materiais e área de apoio para serviços gerais e armação de ferragens, obedecendo a NR 18.

II.VI - Todos os materiais e serviços aplicados na obra serão comprovadamente de primeira qualidade, satisfazendo as condições estipuladas em memorial, os códigos, normas e especificações brasileiras, quando cabíveis.

II.VII - Todo material a ser utilizado na obra poderá ser recusado, caso não atenda as especificações do projeto, devendo a CONTRATADA substituí-lo quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

II.VIII - A construção será executada conforme projeto arquitetônico e seus demais projetos complementares, atendendo as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

II.IX - A mão de obra a empregar pela CONTRATADA deverá ser corretamente dimensionada para atender ao Cronograma de Execução das obras, além de tecnicamente qualificada e especializada sempre que for necessário.

II.X - A subcontratação parcial não exime ou reduz as obrigações da CONTRATADA, remanescendo, assim, em relação à mesma, a responsabilidade pela total e perfeita prestação dos serviços.

III) Atentar a respeito de critérios e práticas de sustentabilidade:

Os materiais inservíveis oriundos de escavação ou qualquer outro tipo de rejeito, deverão ser destinados para locais devidamente licenciados para depósito de materiais excedentes.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se:

- a) Espaço físico disponível no terreno para a construção;
- b) Projetos técnicos desenvolvidos;

4.2 - Sendo a se considerar para o presente caso:

- **Área total a construir: 105,73 m²**

4.3 - Sendo o detalhamento a constar nos futuros projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias que irão compor o presente Processo de Requisição de Compras.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Entre as alternativas para soluções disponíveis de mercado, podemos citar:

I - própria Secretaria de Educação construir a pista de skate.

A Secretaria não possui mão-de-obra para execução da pista de skate. Não há servidores, nem suficientes, muito menos capacitados para executarem os serviços técnicos (seja de projetos e/ou execução da construção).

Outro fato a Secretaria não possui contrato de mão-de-obra (terceirizada) pra tal finalidade.

De igual forma, não há contratos de insumos suficiente para a execução da construção.

O que por si só afasta esta solução como viável.

II - contratação de empresa especializada a realizar a construção da pista de skate.

Demonstra-se a solução mais viável de momento.

Considerando o apontado no item anterior, a contratação de uma empresa especializada com mão-de-obra qualificada, bem como equipe técnica suficiente trazem viabilidade a esta solução visando o atendimento ao interesse público o mais breve possível.

Pois desta forma, caberá a futura Contratada a aquisição de insumos, serviços, contratação de mão-de-obra para execução das atividades previstas.

Conclusão: diante do exposto, nota-se que, a melhor solução para o caso é a contratação de empresa especializada para realizar a construção da pista de skate.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido **é a contratação de empresa especializada para realizar a construção da pista de skate.**

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores referenciais para o presente processo de contratação, bem como suas memórias de cálculo, estarão discriminados nos seguintes documentos que compõem o presente processo de contratação:

- 6.1.1 - Planilha Orçamentária Sintética;
- 6.1.2 - Planilha Orçamentária Analítica;
- 6.1.3 - Orçamentos Planilhados;
- 6.1.4 - BDI - *Benefícios e Despesas Indiretas*;

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de **R\$ 200 mil**.

6.3 - **Quanto a eventual custeio da contratação com recursos da União, não há previsão.**

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando os elementos tragos ao presente documento, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação de empresa(s) especializada(s) para a construção da pista de skate com o fornecimento de insumos, serviços, de mão-de-obra capacitada para execução da obra.

- Suas especificações, requisitos mínimos, detalhamentos estão dispostos no item 3, acima
- Quanto aos prazos, há previsão de cronograma para entrega da obra em no máximo 3 meses;

Quanto ao interesse público, nota-se ainda a construção de local adequado para realização de atividade física.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - A presente contratação **não é tecnicamente ou economicamente viável em se dividir** por se tratar de uma obra de construção de uma pista de Skate.

8.2 - Não é viável se subdividir os serviços a serem feitos na construção, pois assim não haverá um melhor aproveitamento de mercado, bem como haverá perda de economia (mais barato em se contratar como um todo).

8.3 - Desta forma o ideal é se realizar uma única licitação com todo o objeto adjudicado a um único proponente.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Constata-se que, a contratação nos moldes aqui retratados agregam de forma relevante resultados de caráter (i) econômico e de (ii) melhor aproveitamento de recursos (humanos, materiais e financeiros).

Quando há referência a resultados em questões de ordem econômica e melhor aproveitamento financeiro, nota-se que, a construção de uma pista de skate, tem impacto na redução da necessidade de manutenções frequentes por ser tratar de uma edificação nova, dentro dos prazos de garantia. Ambos assim gerando resultados positivos quanto a redução de gastos com manutenções frequentes na mesma.

Quanto ao melhor aproveitamento de recursos (humanos e de materiais), a construção agregará quanto a um melhor aproveitamento do espaço físico do imóvel (construído conforme as necessidades unidade escolar). Trará um espaço adequado e moderno para a prática de atividade física. Abordará de uma melhor forma a prática de esporte, trazendo assim um melhor conforto para os alunos e professores, que frequentam a unidade diariamente.

Quanto ao interesse público, nota-se ainda a diversificação e ampliação de esportes a serem praticados pelos alunos no ambiente escolar.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A Unidade de Infraestrutura da Secretaria de Educação Municipal dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratação correlatas e/ou interdependentes ao objeto da presente contratação.

Tanto em compras unificadas, a nível municipal ou a nível de Atas ou Contratos vigentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Possíveis impactos ambientais:

- Consumo de recursos naturais: Extração de materiais de construção, como madeira, areia, pedra e metais, pode levar ao desmatamento, esgotamento de recursos hídricos e degradação do solo;
- Compactação do solo: A movimentação de máquinas pesadas e a construção de edifícios podem resultar na compactação do solo, o que prejudica a infiltração de água e a saúde das plantas;
- Poluição do ar e ruído: As atividades de construção podem gerar emissões de poluentes atmosféricos e ruído excessivo;
- A construção de uma pista de skate gera uma quantidade significativa de resíduos de construção, como entulho, concreto e materiais descartados;
- A impermeabilização causada pela construção de edifícios e pavimentação pode levar a problemas de drenagem pluvial, como enchentes e aumento da carga de poluentes nos corpos d'água locais;
- Vibrações durante a construção podem danificar estruturas próximas.

Medida mitigadoras

- Adoção de práticas de construção que reduzam a compactação do solo, como o uso de pisos permeáveis e a manutenção de áreas verdes permeáveis ao redor da edificação;
- Implementar medidas como o uso de equipamentos modernos e eficientes, a adoção de práticas de construção que minimizem a geração de poeira e a programação de atividades ruidosas durante períodos de menor atividade escolar;
- Implementação de um plano de gerenciamento de resíduos que inclua a separação adequada dos resíduos, a reciclagem sempre que possível e a disposição adequada dos resíduos restantes em aterros sanitários licenciados;
- Utilizar de técnicas que minimizam a geração de resíduos, o consumo de água e energia e a emissão de poluentes;
- Implementar medidas de drenagem sustentável, como a criação de áreas de infiltração, o uso de telhados verdes e a construção de sistemas de coleta e reutilização de águas pluviais.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	Nível	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduto
		Impactos de ordem				Ajustar o PCA	

1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afeta a contratação	1
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	2
3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	2
4	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detêm as competências multidisciplinares necessárias	3	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2
5	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	1
6	Cotações de preços para composição dos itens elevados ou demasiadamente baixos	2	Prejuízo ao erário Público ou desinteresse de mercado	2
7	Quantitativo subestimado ou superestimado	3	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	2
8	Ausência de recursos orçamentários	1	Indisponibilidade orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à Administração.	2
9	Falta de interessados no futuro certame licitatório	3	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2

Baixo	vigente. Planejar com antecedências as demandas	Mitigar
Médio	Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
Baixo	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado	Mitigar
Médio	Aumentar o número de servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Mitigar
Baixo	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) servidores responsáveis pela pesquisa de preços. Realizar ampla pesquisa de mercado	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Realizar um amplo mapeamento de necessidades	Evitar
Baixo	Antes das contratações fazer reserva orçamentária para tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação orçamentária	Evitar
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara nos termos do instrumentos de contratação. Ampla divulgação do Edital	Evitar

10	Impugnação do Edital ou documento equivalente	3	Suspensão ou revogação do certame licitatório. Não atendimento ao interesse público no que se refere a elaboração do processo licitatório. Dependendo do resultado final, pode culminar em retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
11	Licitação fracassada ou deserta	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
12	Apresentação de recurso quanto ao final da licitação	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Dependendo do resultado, por gerar retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
13	Proposta inexecutável por parte da Contratada	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	2
14	Contratada se recusar a assinar o Contrato	1	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação	5
15	Empresa sem capacidade técnica para atender ao objeto da contratação	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	2

Médio	Construir o processo de compras de forma adequada (tecnicamente se falando) com ampla pesquisa de mercado com exposição clara das condicionantes e especificidades da contratação	Evitar
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação. Fazer análise do histórico de contratações neste sentido com objeto idêntico ou similar. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Realizar adequada instrução processual	Mitigar
Médio	Solicitar documentos de habilitação de forma suficiente a corroborar a proposta apresentada. Realizar diligências se necessário	Transferir
Médio	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência que apresentem estudo comparado realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos viáveis para o mercado	Mitigar/transferir
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação, bem como disposição de sanções e penalidades no Edital visando evitar empresas inaptas de participar da licitação. Sem contar o fato da necessidade da avaliação da capacidade técnica da	Mitigar/transferir

16	Descumprimento quanto aos prazos de prestação dos serviços	4	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	2
17	Falha na prestação dos serviços - inexecução parcial ou total	2	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2
18	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto contratado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	1
19	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	1	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	1
20	Contratada não manter a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na prestação na execução do objeto contratado (sem receber, a Contratada pode suspender o fornecimento/serviços)	2
21	Extinção contratual por descumprimento	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação do fornecimento/serviços	3

Classificação dos Riscos

Alto	empresa. CAF fiscalizar e estar atenta quanto a execução contratual. Se necessário notificar ou aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir
Médio	Estar atento a empresa Contratada. Verificar constantemente a regularidade fiscal e demais documentação correlata. Notificar a Contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
Médio	Fiscalizar rotineiramente as condições fiscais e tributárias da Contratada. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a	Transferir

22	Alteração do escopo dos serviços contratados	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
23	Falência da empresa Contratada	1	Não atendimento ao interesse público seja parcial ou total	4
24	Divergência com a contratada sobre a prestação do serviço/fornecimento do(s) produto(s) no momento da execução	2	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2
25	Falta de requisitos de sustentabilidade no processo de contratação (caso aplicável)	2	Afetar diretamente ou indiretamente o Meio Ambiente. Não atingir/cumprir os objetivos de contratação sustentável; sem observar os impactos à saúde humana e ao meio ambiente.	4
26	Alteração da legislação que interfira na execução dos serviços	1	Possível interrupção na prestação dos serviços para se adequar à nova legislação	1
27	Alta incidência de períodos de chuvas	2	Poderá haver paralisação da execução do serviço, consequentemente, o comprometimento do transporte dos resíduos.	2
28	Dano em edificações circunvizinhas oriundo da queda de materiais e/ou relacionados ao impacto de maquinários	1	Possível interrupção do serviço. Dano e prejuízo à terceiros com possibilidade de processo judicial.	1
	Queda de materiais na via		Possibilidade de danos	

	contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	
Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Médio	Fiscalização constante. Contratação emergencial e nova licitação	Mitigar/transferir
Médio	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Alto	Capacitar os servidores envolvidos sobre este quesito. Avaliar o mercado. Verificar medidas de sustentabilidade possíveis de incluir na contratação sem comprometimento do objetivo final proposto.	Mitigar
Baixo	Estar atento as alterações e proceder as adequações em tempo para que não haja a interrupção do serviço	Mitigar
Médio	Prever a realização de atividades que possam ser realizadas mesmo com chuva por parte da Contratada. P. ex. na parte interna de imóveis	Aceitar
Baixo	Solicitar ao corpo técnico a elaboração do laudo de vistoria de vizinhança antes da execução do obra	Mitigar
	Adotar medidas que impeçam a	

29	durante o transporte do resíduo até a sua destinação final	1	Possibilidade de danos a terceiros, assim como, a via pública.			1		Baixo	que impeçam a queda de materiais nas vias públicas	Mitigar/transferir
30	Destinação final realizada em local indevido	3	Afetar diretamente ou indiretamente o Meio Ambiente. Descumprimento de medidas de sustentabilidade que impossibilitam a reciclagem e/ou reutilização.			1		Médio	Fiscalizar rotineiramente a documentação referente a destinação do material em aterro licenciado.	Mitigar/transferir
31	Quebra, ausência ou falta de manutenção dos equipamentos utilizados para a prestação dos serviços	3	Não atendimento ao interesse público. Paralisação dos serviços			3		Alto	CAF estar atenta a execução do contrato para evitar o descumprimento dos prazos	Mitigar/transferir
32	Circulação de pessoas não autorizadas e/ou animais no perímetro de execução do serviço	2	Poderá haver paralisação da execução do serviço, consequentemente, possibilidade de acidentes e atrasos na entrega do objeto			2		Médio	Adotar medidas capazes para evitar a circulação de pessoas no local de execução da obra.	Mitigar/transferir
33	Acidentes de trabalho oriundo da queda de materiais	3	Poderá haver paralisação da execução do serviço			2		Médio	CAF estar atenta a execução do contrato de acordo com a legislação relacionada a segurança do trabalho	Mitigar/transferir
34	Resíduos gerados superior ao estimado	2	Impactos de ordem orçamentária que afetam a contratação			3		Médio	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado. Elaboração de documentação técnica capaz de estimar o quantitativo conforme a execução do serviço. Dependendo do caso, se já contratado verificar se, com aditivo possa contornar a questão	Mitigar
35	Poluição do ar devido a geração de poeira	2	Afetar diretamente ou indiretamente a saúde pública.			1		Baixo	Adotar medidas capazes de minimizar os impactos da geração de pó durante a execução da obra.	Mitigar/transferir
						Risco Geral		Médio		
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos		
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição	
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.	

	ocorrência.								
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos			Conforme histórico supra informado temos que a contratação

ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		x	como qualquer outra possui riscos inerentes, entretanto, no presente caso sem comprometer a contratação em tela
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

CONCLUSÃO:

a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução **(a contratação de empresa especializada com capacidade técnica suficiente para realizar a construção do pista de skate na Escola Municipal João Costa, bem como a realização dos serviços auxiliares para tal finalidade, com a oferta dos insumos necessários, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra capacitada para execução dos serviços, bem como transporte e destinação final dos rejeitos)** descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público. A solução escolhida para a presente contratação é a contratação de empresa especializada para realizar o serviço.

b) No mais diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida. A solução escolhida para a presente contratação é a contratação de empresa especializada para realizar o serviço.

Documento assinado eletronicamente por **Erico Rafael da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 24/09/2024, às 08:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Ademar Stringari Junior, Gerente**, em 24/09/2024, às 08:34, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Diego Calegari Feldhaus, Secretário (a)**, em 24/09/2024, às 10:29, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022913140** e o código CRC **6841A69E**.

Rua Itajaí, 390 - Bairro Centro - CEP 89201-090 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br